

PLANO DE APRENDIZAGEM DO CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

Modalidade: Educação a Distância

1. DATA DE INÍCIO: 5 de agosto de 2019

2. DATA DE TÉRMINO: 15 de setembro de 2019

3. CARGA HORÁRIA: 30 h

4. DESCRIÇÃO

O Curso de Formação Continuada sobre **Controle de Convencionalidade**, na modalidade de educação a distância, terá carga horária de 30 horas, divididas em cinco aulas de conteúdo específico. Os três primeiros dias do curso serão destinados à ambientação e os últimos quatro dias, à avaliação. Nos demais dias, os Alunos-Juízes se dedicarão à leitura, discussão e avaliação do conteúdo das aulas.

5. OBJETIVO GERAL

Oferecer ao Aluno-Juiz espaço para reflexões e debates sobre Controle de Convencionalidade, abordando os temas: Noções Básicas, Sistemas Global e Regional de Proteção dos Direitos Humanos, Controle de Convencionalidade no STF e no TST, Controle de Convencionalidade em Matéria Trabalhista e Controle de Convencionalidade e a Reforma Trabalhista.

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Ao final do curso, o Aluno-Juiz deverá ser capaz de:

- Compreender os conceitos elementares de Direito Internacional Público;
- Definir o Controle de Convencionalidade e realizar as principais distinções pertinentes;
- Entender, de modo geral, os sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos;
- Conhecer as principais decisões do STF e do TST envolvendo a aplicação de normas internacionais e relacionadas às questões trabalhistas;

- Realizar o controle de convencionalidade em matéria trabalhista, podendo solucionar questões que envolvem o dia a dia da atividade judicante.
- Examinar, à luz da Reforma Trabalhista, as convenções internacionais relativas aos seguintes temas:
 1. Jornada 12 x 36 em atividades insalubres;
 2. Teletrabalho;
 3. Parcelamento das férias;
 4. Danos extrapatrimoniais;
 5. Multa por discriminação salarial;
 6. Trabalho intermitente;
 7. Dispensas coletivas;
 8. Comissão de representantes dos empregados;
 9. Prevalência do negociado sobre o legislado;
 10. Ultratividade das normas coletivas;
 11. Acesso à justiça

7. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INÍCIO	TÉRMINO	AULA	CONTEÚDO
5/8/2019	7/8/2019	Ambientação (2h/a)	Ambientação e Preparação para as Atividades
8/8/2019	14/8/2019	Aula 1 (5 h/a)	Noções Básicas
15/8/2019	21/8/2019	Aula 2 (5 h/a)	Sistemas Global e Regional de Proteção dos Direitos Humanos
22/8/2019	28/8/2019	Aula 3 (5 h/a)	Controle de Convencionalidade no STF e no TST
29/8/2019	4/9/2019	Aula 4 (5 h/a)	Controle de Convencionalidade em Matéria Trabalhista

5/9/2019	11/9/2019	Aula 5 (5 h/a)	Controle de Convencionalidade e a Reforma Trabalhista
12/9/2019	15/9/2019	TCC (3 h/a)	Período de Avaliação

ATENÇÃO!**Desistência do curso:**

- Não será possível o cancelamento da matrícula do aluno após o início do curso.
- O prazo para cancelamento de matrícula será até o dia anterior ao início do curso.
- O Aluno-Juiz deverá encaminhar a solicitação de desistência, no prazo acima mencionado, para sua Escola Judicial (responsável pelas inscrições e por concretizar o cancelamento junto à ENAMAT).
- No caso de desistência no decorrer do curso, será aplicado o conceito *SEM APROVEITAMENTO*.



Onde a Justiça vai à Escola